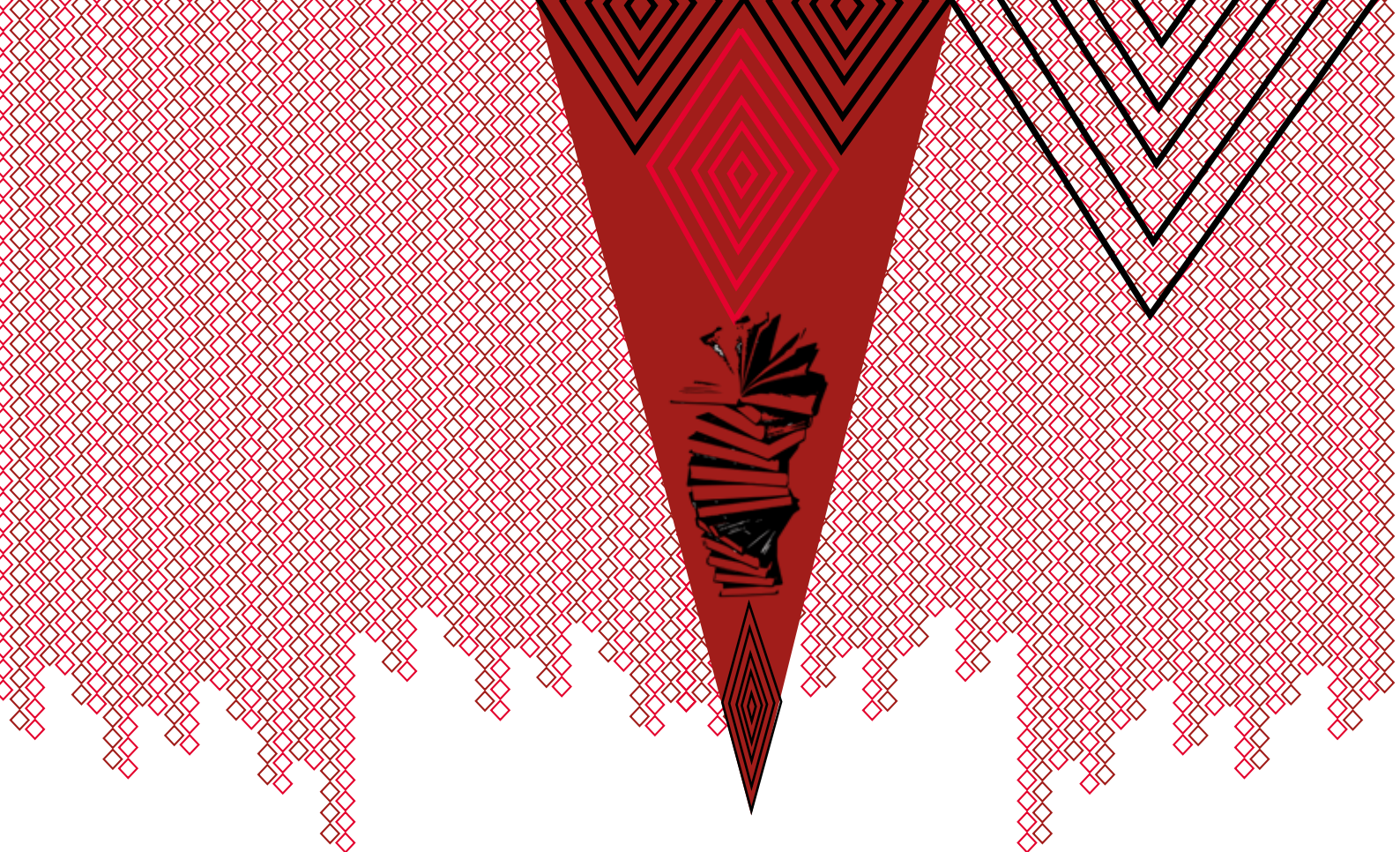


Práticas equivocadas na abordagem da educação para as relações étnico-raciais: reconhecer para projetar novas perspectivas pedagógicas

Cibelle de Paula Oliveira

EMEF Vinicius de Moraes – DRE São Mateus



Nos últimos anos, em decorrência de minha formação pautada na Educação para as Relações Étnico-Raciais, frequentemente recebia convites da coordenação pedagógica para contribuir nos estudos de horários coletivos dos professores. Porém, estes convites eram pontuais, e não resultavam em desdobramentos reflexivos. A abordagem do tema era realizada, geralmente, em meados do final do mês de outubro ou em novembro, quando a escola preocupava-se em realizar uma ação pedagógica que “contemplasse o dia 20 de novembro”.

Para Santomé (2011), é muito comum a abordagem da questão racial, dentre outras, em apenas um dia letivo. O autor nomeia esta ação como “dia D” e define tal prática como uma “intervenção curricular equivocada”.

Um currículo excludente ignora as minorias culturais e promove recursos pedagógicos

que servem para silenciá-las. Consequentemente, discursos racistas, classistas, e/ou sexistas tendem a ser reproduzidos. Uma maneira sutil de fazer isso é não dar voz públicas a essas culturas. Silenciar culturas é, portanto, uma das principais formas de exclusão. Os sistemas educacionais silenciam as culturas quando eles promovem um modelo monocultural de sociedade (SANTOMÉ, 2011, p.86).

A abordagem das questões raciais em um único bimestre letivo, ou em apenas uma data, não garante a efetivação da Educação para as Relações Étnico-Raciais. Assim como demandam as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, a obrigatoriedade da abordagem precisa ser contemplada no currículo, ou seja, nos conteúdos trabalhados ao longo do ano letivo, nas diversas áreas do conhecimento. Passei a sistematizar alguns posicionamentos frequentes nas falas dos professores, que precisam ser

repensados para a efetivação da abordagem de uma prática educativa antirracista:

- “Aqui todo mundo é igual”
- “Negro é racista com ele mesmo”
- “Racismo ao contrário, racismo reverso”
- “Tenho amigo(a), companheiro(a), avô(o) negro(a)”
- “Como você lava esse cabelo?”
- “Esse cabelo é seu?”
- “Por que você não para de alisar?”

Essas falas, frequentes no ambiente escolar e nos demais ambientes sociais, evidenciam a formação calcada na concepção colonizadora. Para Almeida (2019), o racismo é um problema presente na estrutura social. A escola, na condição de instituição social, possui ação política ao posicionar-se ou silenciar-se perante a discussão das relações raciais.

Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratam de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como “normais” em toda a sociedade. É o que geralmente acontece nos governos, empresas e escolas em que não há espaços ou mecanismos institucionais para tratar de conflitos raciais e sexuais. Nesse caso, as relações do cotidiano no interior das instituições vão reproduzir as práticas sociais corriqueiras, dentre as quais o racismo, na forma de violência explícita ou de microagressões – piadas, silenciamento, isolamento etc. (ALMEIDA, 2019, p.32)

A perspectiva decolonial é a principal contraposição do racismo no ambiente escolar. Além das falas, passei a sistematizar e a dialogar sobre as práticas que eram frequentemente

realizadas por professores, e que reforçavam o racismo, ao invés de combatê-lo:

- Abordagem do continente africano a partir de animais ou associada à pobreza, miséria
- Abordagem de personagens (ou imagens) com cunho racista: Tia Anástacia, Nega Maluca, escravos
- Imagens que fazem alusão ao 13 de maio com finalidade comemorativa
- Uso de perucas que fazem referências ao cabelo crespo
- Brincadeiras que remetem à escravidão: Chicotinho queimado, Barra manteiga, Escravos de Jó

A ausência do debate social condiciona uma visão limitada do preconceito por parte do grupo familiar, impedindo a criança de formar uma visão crítica sobre o problema. Tem-se a ideia de que não existe racismo, principalmente por parte dos professores, por isso não se fala dele. Por outro lado, há uma vasta experiência dos professores em ocultar suas atitudes e comportamentos preconceituosos, visto que estes constituem uma prática condenável do ponto de vista de educação (CAVALLEIRO, 2000, p. 33).

O apontamento de falas e práticas realizadas no ambiente escolar possui como objetivo principal mostrar ao professor que as questões raciais são complexas e exigem um olhar cuidadoso e atento aos conjuntos de ideias, imagens, crenças e concepções de mundo. A escola, por ser uma instituição social, deve assumir a responsabilidade de combater o racismo, a partir da abordagem de narrativas históricas, culturais e sociais, protagonizadas por diversos sujeitos, assegurando no processo educativo pluralidade de ideias.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, 2008.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. O cavalo de Tróia dos conteúdos curriculares. In: APPLE, Michael W.; GANDIN, Luís Armando; AU, Wayne. **Educação crítica: análise internacional**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

